

## LIBERDADE NO CÁRCERE E PRISÃO NA LIBERDADE: Reflexões acerca de Experiências de Mulheres Dissidentes

Sttela Maris Nerone Lacerda

*Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Comunitário (PPGDC),  
da Universidade Estadual do Centro-Oeste – UNICENTRO). sttelanerone@gmail.com*

Marta Nichele

*Doutoranda do PPGDC/UNICENTRO. marta.nichelle@gmail.com*

Alisane da Silva

*Doutoranda do PPGDC/UNICENTRO. enasila13@hotmail.com*

Karla Nadal

*Doutoranda do PPGDC/UNICENTRO. Karla\_nadal@gmail.com*

Roseli de Oliveira Machado

*Doutoranda do PPGDC/UNICENTRO. romachado@unicentro.br*

*Simpósio Temático nº 08 – COMBINARAM NOS MATAR, MAS NOS COMBINAMOS NÃO  
MORRER: TROCAS DE SABERES RESISTENTES.*

### RESUMO

O encarceramento no sistema prisional brasileiro restringe-se ao controle social, destituído de potencial transformador da realidade, conduz mulheres dissidentes ao completo abandono afetivo. Este trabalho relata a experiência de cinco doutorandas vinculadas ao programa de pós-graduação interdisciplinar em desenvolvimento comunitário, localizado na região sul do Brasil, na execução da ação extensionista intitulada “ressignificando liberdades”. A ação delineou-se em uma pesquisa participante alicerçada nas práticas circulares e na roda de conversa. As atividades foram realizadas no município de Guarapuava, Paraná e objetivaram conhecer necessidades, sentimentos e experiências de mulheres em conflito com a lei penal. Participaram dos cinco encontros, além das acadêmicas, sete mulheres, egressas do cárcere ou no cumprimento de penalidades alternativas, selecionadas através do Projeto Universidade com Justiça. O trabalho aborda três questões preponderantes – identidade, maternidade e relações familiares. Os resultados evidenciaram a criação de um espaço seguro para o compartilhar recíproco entre mulheres livres e ex-prisioneiras na liberdade. Lições profundas foram apreendidas e conscientizações emergiram a partir da experiência de cárcere tomadas com mulheres transgressoras, sobreviventes às reiteradas violações emolduradas pela discriminação, estigma e abandono familiar. Descortinou-se por trás do cenário da produção da violência, histórias reais como a das mães transgressoras duplamente punidas pela exclusão decorrente da penalidade legal imposta e pelo distanciamento familiar que se projeta para além do cárcere. A aproximação e acolhida acadêmica apresenta-se como uma necessidade e contribuição para o rompimento do ciclo de violência, a partir de ações colaborativas em favor da reinserção comunitária e da paz social.

**Palavras-chave:** Pesquisa Participante. Egressas do Cárcere. Reinserção Comunitária. Maternidade. Universidade na Comunidade.

## ABSTRAT

Incarceration in the Brazilian prison system is restricted to social control, devoid of potential to transform reality, leads dissident women to complete emotional abandonment. This work reports the experience of five doctoral students, in the execution of the extension action entitled “Resignifying freedoms”. The activity was outlined in a participatory research based on circular practices and the conversation circle. The activities were carried out in the municipality of Guarapuava, Paraná and aimed to get to know the needs, feelings and experiences of women in conflict with criminal law. In addition to the academics, seven women who had been released from prison or in the fulfillment of alternative penalties, selected through the University with Justice Project, participated in the five meetings. The work addresses three main issues - identity, motherhood and family relationships. The results showed the creation of a safe space for reciprocal sharing between free women and ex-prisoners. Deep lessons were learned and awareness emerged from the experience of imprisonment taken with transgressor women, survivors of repeated violations framed by discrimination, stigma and family abandonment. Behind the scene of the production of violence, real stories were unveiled, like that of transgressor mothers who are doubly punished by exclusion resulting from the legal penalty imposed and by the family distancing that is created beyond prison. The academic approach and acceptance presents itself as a necessity and contribution to breaking the cycle of violence, based on collaborative actions in favor of community reinsertion and social peace.

**Keywords:** Participant Research. Ex-convict woman. Community Reinsertion. Maternity. University in the Community.

## INTRODUÇÃO

A dramática situação carcerária brasileira de superlotação dos estabelecimentos prisionais é agravada pelo distanciamento familiar experimentado por mulheres e mães, autoras de delitos e que são condenadas ao completo isolamento. O encarceramento no sistema prisional brasileiro restringe-se ao controle social, destituído de potencial transformador da realidade, levando inúmeras mulheres a experienciar o abandono afetivo no cárcere.

Considerando os eventuais danos aos relacionamentos familiares decorrentes da longa permanência de mulheres na prisão, desenvolveu-se a presente pesquisa, com o objetivo de conhecer as necessidades, os sentimentos e as experiências pessoais de mulheres egressas do cárcere e, de mulheres livres, porém presas a outras realidades e sentimentos, criando-se espaço para o compartilhar recíproco.

Visando a superação das barreiras entre a comunidade e o cárcere, 5 (cinco) pós graduandas *stricto sensu* de distintas áreas do conhecimento (administração, direito, nutrição, matemática e psicologia), uniram-se a mulheres egressas do cárcere para realizar

encontros com o uso de práticas circulares, prestigiando-se a roda de conversa, a interação e a troca de saberes multidisciplinares a partir da horizontalidade.

Este estudo ocorreu em parceria com o projeto de extensão “Universidade com Justiça”, destinando-se a oferecer às pessoas envolvidas no processo criminal uma nova percepção dos conflitos, privilegiando o processo circular e as práticas restaurativas como dinâmica de inclusão. Foi desenvolvido em parceria com a Vara de Execuções da Comarca de Guarapuava e teve por escopo minimizar violências e exclusões decorrente do contexto dos conflitos possuindo como núcleo a pessoa em suas fragilidades relacionais, surgindo da necessidade de se olhar para além do contexto adversarial e caminhar na construção de soluções pacíficas. O projeto foi executado por voluntárias discentes, docentes e universitárias integrantes da comunidade acadêmica.

A investigação social proposta caracteriza-se como pesquisa participante, uma ação comunitária que teve como objetivo de estudo, observar a realidade e identificar as necessidades e desafios das mulheres e mães que cometeram crimes e experienciaram a vida na prisão.

A ação desenvolvida buscou contribuir para a reflexão sobre a exclusão, estimulando à construção de estratégias para transformação do cenário de exclusão social das mulheres no pós-cárcere, colocando em evidência nesse processo, o acolhimento, a maternidade e as relações familiares como diretrizes integrantes das etapas de planejamento, execução e avaliação das atividades propostas.

Todas as mulheres presentes nos encontros foram consideradas participantes, ou seja, as acadêmicas, proponentes da ação, bem como, as mulheres egressas do regime prisional fechado e que, atualmente, cumprem penas em regime aberto. Nessa perspectiva, este trabalho apresenta um relato de experiência de alunas do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Desenvolvimento Comunitário (PPGDC) da Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO), no formato ação de extensão comunitária, considerando que a finalidade do conhecimento é minimizar danos sociais e contribuir para que respostas às necessidades humanas sejam oferecidas, colaborando para que o diálogo emancipatório aproxime a universidade acadêmica do cenário prisional, reunindo distintas realidades e a diversidade da comunidade, numa roda de conversa.

## DESENVOLVIMENTO

### Percurso Metodológico

Neste estudo foi adotada como metodologia a pesquisa participante. Este tipo de pesquisa caracteriza-se pelo envolvimento do pesquisador e do pesquisado durante o processo (GIL, 2008). Trata-se de técnica largamente utilizada nas ciências sociais, em contextos comunitários, com vistas a analisar questões coletivas, assim a população é envolvida no trabalho para identificar seus problemas, refletir sobre a realidade e buscar as soluções adequadas.

A pesquisa participante coloca o pesquisador em interação com o objeto pesquisado, proporcionando vivências conectadas com a realidade e, permitindo conexão com as percepções dos sujeitos envolvidos. Desta forma, os participantes são estimulados a serem “protagonistas, como agentes ativos, construindo o conhecimento e intervindo na realidade social. A pesquisa lhes permite fazer escolhas e lutar por seus interesses e necessidades cotidianas” (FAERMAM, 2014, p.50).

Foi utilizada como técnica principal a roda de conversa. A roda de conversa é uma ferramenta que proporciona uma comunicação dinâmica e produtiva, propiciando um espaço de escuta e de fala, de partilha de informações, em que os participantes dialogam sobre suas experiências de vida, assim, seus saberes são construídos e reconstruídos em conversação (MOURA; LIMA, 2014).

O estudo foi realizado no município de Guarapuava nos meses de julho e agosto de 2019, reunindo sete mulheres, egressas do sistema prisional ou em cumprimento de medidas alternativas, selecionadas pelo projeto parceiro e convidadas a conhecer o projeto desenvolvido e participar de cinco encontros realizados. A fim de manter preservadas as identidades, as participantes foram identificadas, neste estudo, com nomes de pedras preciosas: Ametista, Esmeralda, Jade, Safira, Rubi, Topázio e Aquamarine.

O perfil das egressas encarceradas, se assemelham. Suas idades variam entre 18 a 46 anos, somente a egressa mais jovem era solteira e não possuía filhos, todas cumpriram mais de um ano de cárcere e o tempo máximo de cumprimento da pena em reclusão foi de dez anos. Os crimes praticados encontram-se relacionados com tráfico de drogas, porte de arma, receptação e homicídio. Após o encarceramento relataram o rompimento do relacionamento afetivo mantido ao tempo do crime.

Cada encontro realizado contemplou um tema diferente para a reflexão, desenvolvida a partir daquilo que emanava do grupo no encontro anterior. As temáticas

eleitas foram: “As pedras que carrego”, “Liberdade na prisão e prisões na liberdade” “Bagagens e viagem no tempo”, “Relacionamentos familiares e correntes afetivas” e “Desprendendo-se com gratidão”.

Todos os encontros tiveram momentos de intensa e comovida partilha de sentimentos e informações por todas as participantes, sendo que a realização de exercícios de relaxamento ao início da roda foi importante para a percepção corporal própria, facilitando a condução das reflexões em roda.

### **Percepções e Reflexões**

O encontro com mulheres com experiência de cárcere ressaltou nas pesquisadoras as semelhanças que nos unem: mulheres, humanas, mães, filhas, companheiras, errantes e sonhadoras. Todas com expectativas, curiosidades e desafios evidenciados na roda, na acolhida, na escuta, na divisão das bagagens e nas histórias contadas. Tantas questões e expectativas dissolvidas nos primeiros abraços, nas primeiras lágrimas e na certeza de tudo que viesse seria do fundo da alma, que tudo valeria a pena e tudo seria aprendido a partir do primeiro encontro, e assim foi.

O primeiro encontro carregado de sentimento, de entrega, de profundidade, nos conectou em rede. Éramos mulheres, carregadas de afeto, intensas, mães, filhas, companheiras que nos colocamos no lugar daquelas participantes, exercendo nossa empatia. E por fim entendemos que nossas vivências, nossas pedras do caminho eram grãos perto das pedras delas, que nossas lamúrias não passavam de banalidades.

Nos entregamos nos encontros de corpo e alma, choramos as histórias umas das outras, aprendemos com o sofrimento delas, fomos tocadas e também tocamos. Como dizia a poetiza Cora Coralina no seu poema Saber Viver: “*Não sei... se a vida é curta ou longa demais para nós, mas, sei que nada do que vivemos tem sentido se não tocarmos o coração das pessoas*”. E esta experiência teve grande sentido!

Neste projeto, nós pesquisadoras abdicamos temporariamente de nossos papéis profissionais e acadêmicos e nos colocamos como mais uma participante da roda, partilhando nossa subjetividade expressa em dúvidas, dores, desafios, sofrimentos, alegrias e sonhos. A roda de conversa proporcionou um lugar para que pudéssemos nos ver e sentir como iguais, em gênero, em histórias de vida, em perdas, em condutas e enfrentamentos cotidianos. Mulheres que erram, que acertam, que sonham e que vivem

uma nova etapa da vida fora da prisão cheia de desafios, surpresas, que exige delas a força para suportar o estigma da comunidade onde vivem e até mesmo dos próprios familiares.

Participar do projeto foi uma oportunidade ímpar de autoconhecimento, crescimento e transformação, reproduzimos as impressões emergidas durante a avaliação de cada um dos encontros. Percepções que expressaram nossos sentimentos individuais durante a vivência compartilhada no círculo de mulheres.

O resultado da vivência em roda, a qualidade da partilha e das reflexões, só fazem sentido quando o comportamento dos integrantes do círculo: convidadas e pesquisadoras revela compromisso com o momento. A presença e a entrega à proposta, sem julgamentos ou expectativas fazem parte da postura desejável dos pesquisadores nesse campo. Assim:

*“[...] ao final, eu vejo que nós nos expusemos numa acolhida aberta, sem julgamento, nos posicionando como iguais que somos - mulheres e “pessoas humanas despidas de tudo” para viver uma história com as egressas na posição de integrantes da comunidade” Sttela.*

*“[...] conheça todas as teorias, domine todas as técnicas, mas ao tocar uma alma humana, seja apenas outra alma humana (Jung)”. Alisane.*

*“[...] escutar as histórias de vida de cada uma fez-me refletir o tamanho da minha pedra [...] sinto pela tristeza de cada uma de vocês (lágrimas) [...] minha pedra é pequena! [...] sou grata por estar aqui!” Marta.*

*“[...] eu não tenho problemas. Nós não temos problemas. Temos situações que precisam de solução. Problemas, tem essas pessoas que estiveram conosco. [...] estou melhor, mais leve, por poder falar [...], eu não tenho espaço para admitir que sou imperfeita, que a pedra que eu carrego pesa [...], que eu erro [...] hoje estou mais leve”. Roseli.*

*“O projeto provocou, inicialmente, um desconforto, um aperto no coração ao ouvir tantos depoimentos de sofrimentos familiares, amorosos... ao mesmo tempo que despertou um sentimento de renovação, um renascer para uma vida nova[...]”. Karla.*

As mulheres egressas, despertaram nas pesquisadoras, sentimentos de profunda reflexão, ao compartilharem suas histórias de vida, ressignificaram as nossas liberdades.

## **Resultados e Discussões**

### **Acolhimento como Postura Ética e Metodológica**

A prática do acolhimento pode e deve ser estendida aos vários outros espaços em que existam relações interpessoais, nos momentos de encontro com o outro. Seja em que ambiente for, o acolhimento pressupõe três campos: (a) ético, que se refere ao

compromisso com o reconhecimento do outro, na atitude de acolhê-lo em suas diferenças, suas dores, suas alegrias, seus modos de viver, sentir e estar na vida; (b) estético, porque traz para as relações e os encontros do dia-a-dia a invenção de estratégias que contribuem para a dignificação da vida e do viver e, assim, para a construção de nossa própria humanidade e (c) político, porque implica o compromisso coletivo de envolver-se neste “estar com”, potencializando protagonismos e vida nos diferentes encontros (BRASIL, 2010, p.06).

O acolhimento foi uma premissa, uma postura adotada pelas pesquisadoras desde a idealização do projeto, durante sua execução e avaliação. É possível afirmar que o acolhimento também se constituiu como uma diretriz metodológica humanizadora, pensada a partir da realidade de exclusão das participantes, da necessidade de envolvê-las profundamente nos encontros, de recebê-las com suas histórias, percepções, diferenças, vulnerabilidades e potencialidades como caminho para a inclusão no pós-cárcere.

### **Encontrando-se nos encontros: Identidade**

A identidade é construída socialmente, o homem vai construindo por si e também com a visão do outro. A identidade não é estática, permanente, ela muda com o passar do tempo, com os contextos ambientais, comportamentos, pelo fazer, pelo pensar, pelas escolhas, pela condução da existência. Ela comporta vários papéis, em vários lugares e tempos (CIAMPA, 1989).

No sistema prisional as participantes são reduzidas a um número dentro de um território espacial mínimo, onde são instantaneamente destituídas de outros papéis outrora exercidos. Ao adentrar ao espaço prisional sua atuação se restringe ao desempenho da função de prisioneira e colega de cela, subordinada ao comando da prisão e a novas regras existenciais, cerceadas de tudo mais que acompanha a retirada da liberdade e o início do jogo da sobrevivência.

No pós-cárcere, ao retornar para a comunidade, para a vida fora das grades, pouco a pouco, sua identidade de pessoa livre vai sendo restituída, pelos laços familiares, pelas amizades, pelas relações de trabalho e comunitárias transformadas. No entanto, esse processo é complexo, precisam enfrentar o estranhamento da comunidade, da família e da vizinhança, adaptando-se aos espaços e lugares anteriormente conhecidos e agora alterados, tudo pode parecer novidade, tamanho o impacto psicológico da cisão de ambientes (LEANDRO *et al.*, 2018).

Além disso, são estigmatizadas, passando a enfrentar estereótipos, já que a pessoa com experiência de cárcere tem a antiga identidade de presidiária sendo reforçada e reafirmada cotidianamente (PAIVA; SIMÕES, 2016). Por isso, os encontros tiveram um papel essencial, no sentido de resgatar memórias e vivências das participantes conectando-as com suas identidades, com os papéis antes exercidos na vida familiar, social e comunitária.

No primeiro encontro, algumas participantes sentiram-se a vontade para informar como gostariam de ser denominadas na roda, expressando um desejo que invoca a identidade para si.

O nome, a identidade, reflete quem sou para mim e para os outros, o que represento para aqueles que me cercam, contribuindo para o desenvolvimento da estabilidade emocional. Escolher ser chamada pelo apelido, ou parte do nome, algo curto, íntimo, carinhoso, traz a sensação de vínculo com o outro, de acolhimento, gerando bem-estar, proximidade e vínculo.

### **Encarceramento Materno**

Num cenário de direitos violados, o Ministério da Justiça aponta a expansão do encarceramento materno ao informar um crescimento exponencial no número de mulheres encarceradas no território nacional. Segundo Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias (INFOPEN) ligado ao Ministério da Justiça, em 2014 o número de mulheres encarceradas nas mais diversas regiões do país era de 37.380, sendo que em junho de 2016, já ultrapassava de 41.087 mulheres privadas de liberdade nos estabelecimentos penais que compõem o sistema prisional estadual (BRASIL, 2018).

Cerca de 80% dessas mulheres são mães e sofrem algum tipo de discriminação social e isso resulta na perda ou fragilização das relações familiares, principalmente entre mãe e filho (SOARES *et al.*, 2016).

A maternidade vivenciada pela mulher encarcerada é um processo que envolve angústias, dor, medo, perdas, incertezas e impossibilidades. O afastamento da mãe e filho enfraquece o vínculo e pode comprometer a relação do cuidado maternal (SANTOS; BISPO, 2018). Com lágrimas no olhar, a participante externa sua dor e perda:

*“[...] não vejo minha filha há 7 anos [...]”* (Jade).

*“[...] não tenho nada mesmo, já perdi tudo [...] por isso que sei que minha pedra (sofrimento) só vai aumentar!”* (Safira).



O sofrimento para as mulheres mães em situação de prisão é imensurável. Essas mulheres apresentam maiores sintomas depressivos do que aquelas que não têm filhos devido ao sentimento de abandono, ausência de proteção, acompanhamento no crescimento e desenvolvimento de seus filhos (SILVA, 2015). A fala a seguir expressa esse sentimento:

*“[...] minha pedra (sofrimento) é ter ficado longe dos meus filhos [...] eu presa, meu filho também e o outro nem sabia como estava [...], só com 10 anos em casa sozinho!” (Topázio).*

A criança, após a separação da sua mãe, pode ser encaminhada, conforme ordem judicial, para algum familiar, sejam o pai, os avós ou os tios. Em caso de impossibilidade de um membro da família ser o cuidador, a criança pode ser enviada para creches ou instituições denominadas abrigos. Diante disso, a separação entre mãe e filho pode exercer influência negativa no desenvolvimento da personalidade da criança gerando danos psicológicos para a mãe. A falta de informações sobre *como* e *onde* estão seus filhos são os maiores dramas vivenciados pelas mães encarceradas (SANTOS; BISPO, 2018), conforme a firma a participante:

*“[...] minha angústia era não saber onde ela estava [...] sempre mudavam de endereço [...] quando eu descobria onde ele (pai) estava com minha filha, já não moravam mais ali!” (Jade).*

O cárcere feminino não privilegia espaços diferenciados, produtivos, saudáveis, de recuperação e resgate de autoestima ou da cidadania para as mulheres na maternidade (SOARES et al., 2016). Assim, observa-se ausência de ambiente adequado e seguro para o desenvolvimento do ciclo maternal dentro do cárcere. O vínculo da mãe com o filho fica debilitado quando o sistema prisional não oferece condições para a aproximação e desenvolvimento da relação afetiva maternal (SILVIA, et al., 2015). Isso é demonstrado na fala a seguir:

*“Fui presa quando meu filho tinha 45 dias [...] não vejo meus filhos desde 2009!” (Safira).*

Infelizmente, a maioria das instalações que abrigam as mulheres mães, estão inadequadas para acolher seus filhos, pois são ambientes insalubres, deteriorados pelo tempo, sem conforto, sem áreas para berçários, creches, recreação e práticas educacionais (FRANÇA; SILVA, 2015).

A vulnerabilidade do ambiente, a fragilidade da rede de apoio, as regras do sistema prisional e, sobretudo, um ambiente fechado, depressivo, agitado e conflituoso são

condições que comprometem a relação e a permissão dos familiares entre as mães presas e seus filhos (FRANÇA; SILVA, 2016). A mãe relata seu sentimento:

*“[...] sentimento de injustiça [...] tive que ficar longe dos meus filhos!”*  
(Esmeralda).

A maternidade é, de modo geral, o acontecimento mais belo da vida de uma mulher e é a força da maternidade que devolve o desejo de reconstruir e reconquistar o vínculo com os filhos.

É possível vislumbrar, nas falas das egressas, que a perspectiva de futuro circula em torno do cuidado e da manutenção dos vínculos com os filhos. As mães almejam conviver com os filhos, construir ou reconstruir um vínculo saudável com eles. *Esmeralda* e *Jade* expressam claramente isso em suas falas:

*“[...] já estou reconstruindo minha vida [...] estou esperando minha filha e vejo sempre meus meninos que estão com minha mãe!”*  
(Esmeralda).

*“[...] hoje vejo um novo fim [...]”* (Jade).

Conforme já exposto, é bastante doloroso a separação da mãe encarcerada e seu filho. Esse processo gera dor, fragilidade, medo e perda da identidade materna. Apesar de a legislação prever amparo legal para um vínculo saudável entre mãe e filho, a realidade identifica que a teoria e a prática do sistema carcerário estão em desacordo e políticas eficientes fazem-se necessárias para permitir a criação, manutenção e resgate do relacionamento maternal entre mãe e filho.

### **Impacto do Aprisionamento Feminino nas Relações Familiares**

Família, para a Constituição Federal da República Brasileira, “é a base da sociedade, tem especial proteção do Estado” (BRASIL, 1988) e pode ser definida também como “[...] um conjunto de pessoas ligadas por parentesco ou dependência, que estabelecem entre si relações de solidariedade, tensão, conflito e afeto” (JESUS *et al.*, 2015. p. 20).

Ao longo do tempo, as funções, características e papéis da família foram se modificando, sofrendo influências culturais, políticas e socioeconômicas. Ainda que diante de transformações, a família mantém considerável intervenção na educação, socialização e no processo de desenvolvimento físico, psicológico e emocional de seus membros (JESUS, *et al.*, 2015. p. 20).

Com o cárcere, esses laços familiares muitas vezes são rompidos, causando abandono e sofrimento, dificultando ainda mais o convívio na prisão e depois do cumprimento da pena. Esse sentimento de sofrimento que o cárcere carrega, impede os indivíduos de viver e conviver plenamente com sua família. A falta de proximidade com os entes faz mudar os estímulos de interação social e de interesse com a própria vida.

Jesus *et al.* (2015) relatam alguns fatores que reforçam o abandono familiar feminino no cárcere, sendo: dificuldades socioeconômicas vivenciadas pelos familiares das presidiárias, distância das prisões femininas, constrangimento causado pelas revistas que precedem a entrada no ambiente prisional e o pouco tempo para as visitas que limita o convívio.

Desta forma, a família possui um papel significativo no alicerce emocional dos indivíduos, principalmente das mulheres encarceradas e o abandono, tanto durante o cárcere como depois, torna ainda mais árdua a trajetória, conforme percebe-se nas falas seguintes:

*[...] minha prisão foi a rejeição [...] sou filha adotiva e minha família não soube lidar e me ajudar!* (Aquamarine).

*[...] vingança, minha família me abandonou [...].* (Safira).

*[...] minha família é minha mãe.* (Rubi).

*[...] minha família são meus cachorros.* (Topázio).

O apoio familiar propicia suporte afetivo às egressas do sistema prisional, para continuarem suas vidas, com novas relacionamentos, novas oportunidades de empregos, entre outros, como relata Esmeralda:

*[...] casei de novo, com alguém que me valoriza e estou esperando a Laurinha, então me sinto bem [...].* (Esmeralda).

Os prejuízos do cárcere vão além do término previsto na decisão dos tribunais. São muitos desafios e dificuldades em retomar seus relacionamentos, sua vida social, além das questões enfrentadas com o preconceito, conforme verifica-se nas seguintes falas:

*[...] sobre minha pedra [...] ainda é muito pesada [...]. minha pedra é meu ex-marido, ele me traiu [...] as palavras que ouvia eram só de humilhação [...], espero que minha pedra diminua [...].* (Esmeralda).

*[...] daqui a três anos consigo ver um novo tempo, com um namorado.* (Ametista).

*[...] não estou bem [lágrimas] [...].* (Jade).

*[...] minha história é triste, minha vida [...] espero que a minha pedra diminua [...].* (Esmeralda);

*[...] minha pedra são minhas atitudes, nada tem sentido na minha vida!* (Rubi).

*[...] minha pedra é a depressão!* (Aquamarine)

Os relatos evidenciam o impacto decorrente do aprisionamento materno. Nesse horizonte, a reação dos núcleos afetivos aos quais pertencem as mulheres privadas de liberdade diante da ausência nas visitas, se apresenta como uma dura punição acessória a reforçar a dolorosa privação de liberdade, eis que, as reais dificuldades decorrentes da falta de compreensão e aceitação por parte da família que rejeita o comportamento ilícito praticado e a autoria do fato, desencadeando após a sentença de condenação, um afastamento preliminar que progride para uma desistência dessa relação e dessas mulheres.

Referido abandono repercute no processo de ressocialização, reforçando a condenação decorrente da estigmatização e inflando o contexto do preconceito social que é também familiar. Entretanto, vale observar que não só os encarcerados ou egressos do cárcere que sofrem preconceito ou são estigmatizados: a sociedade estende aos familiares a discriminação dirigida ao preso e, dessa forma, todos compartilham o descrédito social, conforme apontado por Junqueira, Souza e Lima (2015).

As egressas durante as rodas evidenciam a necessidade do apoio familiar como suporte estrutural para o passo seguinte que é planejar o futuro e encontrar maneiras de reorganizar suas vidas, superando dificuldades sociais, econômicas, preconceito, discriminação para que possam usufruir da liberdade com a dignidade.

### **Mulheres Dissidentes**

Mulheres que passaram parte de sua existência em situação de privação de liberdade, experienciando sentimentos negativos num cenário de produção e reprodução de violência, podem ser consideradas sobreviventes. A dissidência no cenário do cárcere ao quanto parece se encontra alinhada com a condição de mulher transgressora em conflito com a lei. Assim, para suportar o longo período de aprisionamento, a dor das ausências dos afetos, as mulheres com experiência de cárcere desenvolveram distintas formas de resistência. A manutenção de uma rede de amizade tecida durante os longos anos de cárcere a partir do convívio entre mulheres igualmente transgressoras revela que as ligações construídas no cotidiano intramuros sustentam a maior das resistências: permanecer viva!

A falácia da ressocialização durante a execução da pena de reclusão e a inexistência de efetividade das políticas públicas de reinserção no pós-cárcere colocam as mulheres egressas das prisões brasileiras em situação de total desvantagem diante a falta

de capacitação profissional que produza independência econômica, ou de investimentos adequados em educação de qualidade durante o período de cumprimento das penas de privação de liberdade.

Resistir aos desafios do cárcere, sobreviver ao sistema prisional e posteriormente, disputar com mulheres livres um lugar no mercado de trabalho aniquilam possibilidades e reduzem os índices de manutenção da liberdade conquistada após o cumprimento da pena imposta, reforçando o estigma que acompanha a constituição do denominado sujeito transgressor ou delinquente. Se faz urgente investir em estratégias de enfrentamento ao discurso de dominação e colonização das mentes, rompendo com o círculo da reincidência criminal que mantêm o sistema prisional. Ir ao encontro de mulheres que deixam o cárcere é criar oportunidades de reinserção comunitária por meio do acolhimento, consoante as diretrizes do projeto executado.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Histórias contadas com lágrimas nos olhos da vida difícil na prisão, da falta de apoio familiar, da separação dos filhos e da angústia do longo caminho até o término do cumprimento da pena. Histórias ressignificadas pela vida que se reconstrói após a retomada da liberdade, seja através de um novo relacionamento, de um novo trabalho, pela retomada dos estudos ou pela gestação de uma nova vida. Ressignificar a história passada nem sempre é possível, muitas continuam vivendo no tempo pretérito, afundadas em mágoas e pelas inúmeras perdas, fragilizadas emocionalmente, impossibilitadas pela retomada dos vínculos anteriores ao cárcere, se entregam a comportamentos de autodestruição, já que, sem apoio ou acolhida é mais difícil resistir, se reerguer e seguir.

Muitas questões ainda precisam ser investigadas para que seja possível a identificação das necessidades das mulheres no pós-cárcere, contudo, o apoio comunitário e acolhimento por mulheres livres foram identificadas como essenciais na retomada da liberdade.

A prática de condutas criminosas, desencadeia para as mulheres o imediato rompimento das relações familiares. Diante da mulher transgressora e encarcerada, observou-se como maior desafio o afastamento físico da família, desencadeando a fragilização dos relacionamentos familiares e afetivos, levantando-se a partir do aprisionamento, barreiras que dificultam a retomada do convívio na liberdade. Observou-se a complexidade do cenário relacional no pós-cárcere, envolvendo a saída de cena da

prisioneira e o esforço na retomada do lugar de mãe, filha e mulher junto ao seu núcleo familiar originário, um caminho doloroso e obscuro em direção a reintegração nos relacionamentos afetivos com os filhos, pais, irmãos e companheiros.

Nesse sentido, a proposta de ação participante esteve alinhada com os ideais do projeto “Universidade com Justiça”, se caracterizando como resposta da comunidade universitária e, sua relevante contribuição para a pacificação social, eis que a responsabilidade na construção de um sistema de acolhida às mulheres dissidentes, egressas do sistema prisional, pode ser considerada como atribuição de todos, em especial das mulheres livres.

O papel da pesquisa, neste contexto, foi alargar os horizontes evidenciando a força das histórias reais que emergem do cenário da produção da violência como a história das mães transgressoras duplamente punidas pelo distanciamento familiar; durante e após a vida no cárcere, registrando a contribuição da comunidade acadêmica e a necessidade de rompimento do ciclo de violência com a transformação real das estruturas a partir de ações colaborativas em favor da reconstrução da vida, da reintegração e da paz social.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.

BRASIL. Ministério da Justiça. Departamento Penitenciário Nacional. **Levantamento nacional de informações penitenciárias Infopen mulheres**. [Internet]. Disponível em: [http://antigo.depen.gov.br/DEPEN/depen/sisdepen/infopen-mulheres/infopenmulheres\\_arte\\_07-03-18.pdf](http://antigo.depen.gov.br/DEPEN/depen/sisdepen/infopen-mulheres/infopenmulheres_arte_07-03-18.pdf). Acesso em 20 set 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Núcleo Técnico da Política Nacional de Humanização. **Acolhimento nas práticas de produção de saúde**. 2ª ed. Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2010. 44 p. Disponível em: [http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/acolhimento\\_praticas\\_producao\\_saude.pdf](http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/acolhimento_praticas_producao_saude.pdf). Acesso em: 20 set. 2021.

CIAMPA, Antonio da C. **Identidade**. In: LANE, Silvia. *Psicologia Social: o homem em movimento*. 8ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1989.

FAERMAN, Lindamar A. **A Pesquisa Participante: suas contribuições no âmbito das Ciências Sociais**. *Revista Ciências Humanas*. Universidade de Taubaté (UNITAU). Brasil. vol. 7, n. 1, 2014.

FRANÇA, Alba Maria Bomfim de; SILVA, Jovânia Marques de Oliveira. A mulher em situação de prisão e a vivência da maternidade. **Revista de enfermagem UFPE on line**, v. 10, n. 5, p. 1891-1894, maio, 2016.

FRANÇA, Alba Maria Bomfim de; SILVA, Jovânia Marques de Oliveira. Maternidade em situação de prisão. **Revista Baiana de Enfermagem**, v. 29, n. 4, p. 411-420, out – dez. 2015.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2008.

JESUS, Amanda Costa Freitas et al. O significado e a vivência do abandono familiar para presidiárias. **Revista Ciência e Saúde**, v. 8, n. 1, p.19-25, jan.-abr., 2015.

JUNQUEIRA, Maria Hercília Rodrigues; SOUZA Patrícia Dayane Marques de; LIMA, Vanessa Aparecida Alves de. A percepção de familiares de ex-apenados sobre a experiência do cárcere e do processo de inclusão social. **Mnemosine**, v. 11, n. 2, p. 74-99, 2015.

LEANDRO, Maiara et al. Retorno à Sociedade: Percepções e Experiências de Ex-Detentas. **Revista de Psicologia da IMED**, Passo Fundo, vol. 10, n. 1, p. 125-139, jan - jun, 2018.

MOURA, Adriana F.; LIMA, Maria G. **A reinvenção da roda**: roda de conversa: um instrumento metodológico possível. *Revista Temas em Educação*, João Pessoa, v. 23, n. 1, p. 98-106, jan - jun, 2014. Disponível em: <http://www.periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/rteo/article/view/18338/11399>. Acesso em: 02 de julho de 2021.

PAIVA, Phablo F.; SIMÕES, Erica Yanne da S. Ressocialização e reconstrução da identidade: o desafio do sistema carcerário brasileiro: um estudo de caso. [online]. *Inter Science Place*. **Revista Científica Internacional**, p. 102 – 200, 2016. Disponível em: <http://www.interscienceplace.org/isp/index.php/isp/article/view/550> Acesso em: 26 de setembro de 2021.

SANTOS, Denise Santana Silva; BISPO, Tânia Christiane F. Mãe e filho no cárcere: uma revisão sistemática. **Revista Baiana de Enfermagem**, v. 32, p. 1-10, 2018.

SILVA, Amanda Daniele. **Mãe/mulher atrás das grades**: a realidade imposta pelo cárcere à família monoparental feminina [online]. São Paulo: Editora UNESP, 224 p. 2015.

SOARES, Indiara Ribeiro; CENCI, Cláudia M. Bosetto; OLIVEIRA, Luiz Ronaldo Freitas. Mães no cárcere: percepção de vínculo com os filhos. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, v. 16. 2016.